

Governo analisa MP das mensalidades

Nota de Ministérios da Fazenda e da Justiça informa que não há motivo para mudanças

BRASÍLIA — O governo está discutindo com os estabelecimentos de ensino o problema da inadimplência no pagamento das mensalidades escolares, informou ontem nota oficial dos Ministérios da Fazenda e da Justiça. A nota, contudo, afirmou que não há argumentos suficientes por parte das escolas para justificar alterações na medida provisória sobre mensalidades que está em vigor.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) quer a alteração do artigo 6º da MP, que impede a aplicação de sanções a alunos inadimplentes, como a suspensão de provas ou retenção de documentos escolares. O presidente da Confenen,

Roberto Dornas, afirma que o artigo incentiva a inadimplência que, sustentou, cresceu de 5% para 25% este ano. "O artigo propicia o calote institucionalizado", reclamou.

Técnicos da Fazenda e Justiça se reuniram ontem para discutir o assunto, mas dentro do governo não existe, segundo a nota, a intenção de promover alterações na norma atual com base em informações fornecidas apenas por uma das partes envolvidas. A nota enfatizou, ainda,

que "apesar de reiterados pedidos de informação, o governo não recebeu, até o presente, dados que possibilitem uma avaliação sólida e conclusiva do quadro de inadimplência e de sua relação com o disposto no artigo 6º da medida provisória". O governo, conforme a no-

ta, considerará propostas dos representantes de estabelecimentos de ensino, "desde que fundadas em informações detalhadas, precisas e bem documentadas".

O presidente da Confenen disse que já pediu aos 41 mil estabelecimentos privados de ensino que enviem informações detalhadas à confederação ou mesmo diretamente ao Ministério da Fazenda. Foi preparado um formulário para preenchimento. Dornas defende a possibilidade de

o aluno ser impedido de assistir aula ou até mesmo ter seus documentos retidos caso o pagamento das mensalidades seja atrasado por um prazo determinado. "Quando 25% da receita da escola deixa de entrar, quem sofre são os que pagam em dia", disse.

**CONFENEN
QUER
ALTERAÇÃO DE
ARTIGO 6º**